

Folha de S. Paulo

7/6/1984

A recuperação e os daltônicos

Paulo Sandroni

A luta entre salários de um lado, e os lucros e a arrecadação de outro, vem ganhando nova feição no Estado de São Paulo. Felizmente.

A ilusão cromática dos empresários que se dizem navegando no vermelho e ao daltonismo estatístico da administração estadual, que alega queda na colheita do ICM, os assalariados vem dando respostas de enorme alcance pedagógico e político.

A rebelião dos cortadores de cana de Guariba surpreendeu. Não apenas pela demora em eclodir — como lembrou em excelente artigo nesta "Folha" José de Souza Martins — mas especialmente pela rapidez com que foi resolvida. Aliás, o secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto, acabou sendo fintado pelos acontecimentos: logo após sentenciar que a solução demandaria muito tempo, as partes envolvidas selavam um acordo que — apesar dos pesares — favorecia os trabalhadores. A "paz" voltava a reinar na zona canavieira. Os apanhadores de laranja de Bebedouro repetiram o drama (com menos sangue), mas também com final feliz.

Liberais e tolerantes, os empresários dos sucos e do álcool seguiam os passos de seus colegas do setor metalúrgico, que semanas antes haviam atendido grande parte das reivindicações dos operários suando em marcha lenta.

Teriam os primeiros optado pela redução de sua rentabilidade em nome da tranquilidade social? É possível que uma pitada desse estranho sal tenha entrado no tempero pela boca do "primeiro ministro" Gusmão. O mais plausível, no entanto, é que a enorme expansão dos lucros no setor exportador tenha permitido essa aparente demonstração de espírito cívico. Ou melhor, os salários foram de tal maneira arrochados pelo 2.065 e pela desindexação que as migalhas concedidas mais além são inofensivas aos lucros crescentes. Assim, mesmo numa conjuntura de grande desemprego, tanto os trabalhadores organizados em sindicatos fortes (metalúrgicos) como aqueles dispersos pelas veredas tropicais (bóias-frias) têm obtido êxito em suas lutas reivindicativas.

Outro exemplo dentro dessa linha de análise, embora distanciado do setor exportador, ocorreu com a greve dos motoristas e cobradores na Capital. Apesar da mesma ter fracassado, os reajustes concedidos foram levemente superiores ao estabelecido pelo 2.065. e o prefeito Mário Covas (de olho no futuro), talvez finalmente convencido de que a tarifa vigente a partir de novembro de 1983 brindava altíssima rentabilidade às empresas — conforme mostrou o prof. Antonio Carlos de Azevedo nesta "Folha" com dados obtidos durante a intervenção —, concedeu um reajuste de "apenas" 46,7%. Pela primeira vez a tarifa correu menos do que o aumento do custo de vida e dos reajustes salariais.

Por último, temos a questão do reajuste do funcionalismo estadual. Nesse caso, as aspirações de recuperação salarial se enfrentam com uma aparente redução da arrecadação tributária. Inicialmente, ao manejar as reivindicações do magistério o governo estadual adotou uma postura tecnocrática, mandando inclusive às favas simpáticas promessas eleitorais. Os secretários da área econômica recalavam velhos estribilhos federais dizendo que o "algum era nenhum" e, portanto, o governo não poderia se arriscar a emitir cheques sem fundo. Posteriormente verificou-se que mesmo esse argumento irresponsável, como os cheques a serem emitidos, tinha fundamento duvidoso. O prof. Paul Singer mostrou também nesta "Folha" — sem ter sido até agora contestado — que, embora a arrecadação do ICM tivesse crescido

em ritmo inferior ao da inflação, superava com folga os reajustes concedidos ao funcionalismo a partir do ano passado. Como a despesa do governo estadual surgia a questão: que diabos estaria sendo feito com a diferença? Custeio, investimentos, rolamento da dívida, fechando os rombos das estatais, sendo acumulado para aplicação nos anos finais de governo? De tudo um pouco? Difícil saber.

Em todo caso, a ameaça de greve geral do funcionalismo, a preocupação de manter a imagem para futuros vôos planaltinos, e outras razões de menor importância (como as eleições em Santos) foram convincentes para que os recursos aparecessem e brindassem um reajuste melhor ao funcionalismo. Além disso, houve mudança crucial no enfoque da questão: o desgastado "não temos recursos", foi substituído por um animador "a decisão foi política".

Os exemplos anteriores mostram claramente que, apesar de asfixia provocada pelas ações da "D. Antonio i sui fratelli", existem margens de manobra ainda mal exploradas, e que permitem melhorar a situação desesperadora dos assalariados.

Os metalúrgicos, os cortadores de cana, os apanhadores de laranja e café, os motoristas, os cobradores e metroviários, os professores e os funcionários públicos estaduais já perceberam isso. Mas, também compreendem que só através da luta, da organização e da mobilização estas margens serão aproveitadas. Só assim os empresários cederão parte de seus lucros com expansão, e o governo estadual utilizará de forma mais adequada às aspirações populares sua arrecadação (ao que tudo indica) *idem, idem*.

(1º Caderno — Página 13)